



*Reitor* Jacques Marcovitch  
*Vice-reitor* Adolpho José Melfi



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

*Presidente* Plínio Martins Filho (Pro-tempore)  
*Comissão Editorial* Plínio Martins Filho (Presidente pro-tempore)  
José Mindlin  
Oswaldo Paulo Forattini  
Tupã Gomes Corrêa  
*Diretora Editorial* Silvana Biral  
*Diretora Comercial* Eliana Urabayashi  
*Diretor Administrativo* Renato Calbucci  
*Editora-assistente* Cristina Fino

## ESPELHOS E MÁSCARAS

A Busca de Identidade

ANSELM L. STRAUSS

Tradução  
Geraldo Gerson de Souza



explicação. A discussão dos mundos sociais em *Espelhos e Máscaras* ainda era rudimentar, mas adquiriu um caráter mais sugestivo graças à sua colocação no contexto de páginas que tratavam das inesperadas sutilezas da afiliação de grupo. Nessa primeira discussão está mais uma vez embutida a temporariedade, mas ainda não havia a idéia de conflito interno e externo tal como se expressa na forma de arenas intermundos ou intramundos. Uma última observação genérica: a concepção de vida social expressa em *Espelhos e Máscaras* está intimamente relacionada com uma teoria da ação cujos primeiros formuladores foram os filósofos pragmatistas norte-americanos, sobretudo John Dewey e George H. Mead, e que mais tarde foi incorporada à sociologia interacionista do estilo Chicago. Entre seus temas estão aqueles que aparecem mais proeminentemente neste livro: ênfases sobre a ação e a interação, sobre suas características inescapavelmente temporais, sobre a influência mútua entre condições coercivas e ação, e sobre a sociedade como produto coletivo, se tornaram possíveis por meio da ação e da interação. Esses temas constituem o baixo obstinado para as notas duradouras que se ouvem mais facilmente neste livro.

ANSELM L. STRAUSS  
Agosto de 1996

## PREFÁCIO

O conceito de identidade é tão esquivo quanto o é o senso que toda pessoa tem de sua própria identidade pessoal. Mas, seja o que for, a identidade está associada às avaliações decisivas feitas de nós mesmos – por nós mesmos ou pelos outros. Toda pessoa se apresenta aos outros e a si mesma, e se vê nos espelhos dos julgamentos que eles fazem dela. As máscaras que ela exhibe então e depois ao mundo e a seus habitantes são moldadas de acordo com o que ela consegue antecipar desses julgamentos. Os outros se apresentam também; usam as suas próprias marcas de máscara e, por sua vez, são avaliados. Tudo isso é mais ou menos parecido com a experiência de um garotinho que se vê pela primeira vez (tranquilo e posado) nos múltiplos espelhos da barbearia ou nos tríplices espelhos do alfaiate.

Identidade não é uma palavra nova, não mais do que é ego ou eu; e, como estas, reconhece-se que seus referentes são vagos, como apontou Erik Erikson<sup>1</sup>. Mas a noção de identidade serviu para mim, como tão brilhantemente serviu para ele, de agente para organizar materiais e pensamentos acerca de determinados aspectos de problemas que tradicionalmente intrigam os psicólogos sociais. (Nomearei os problemas num instante.) Quando refleti sobre esses problemas, senti, como aliás deve ter acontecido com todo o mundo, a espécie de paralisia parcial que atinge uma pessoa quando ela opera com conceitos convencionais (tais como

1. Erik H. Erikson, "The Problem of Identity", *Journal of American Psychoanalysis*, IV: 56-121, 1956.

papel, *status* e grupo de referência). Quando escolhi deliberadamente um termo ambíguo e difuso como identidade, imaginei que poderia olhar melhor nos interstícios de meu problema e que teria menos probabilidade de resvalar para trilhas batidas pelo pensamento de outros homens.

Agora, os problemas: há muito os psicólogos sociais têm se dedicado a pensar e estudar temas como a afiliação a um grupo, a motivação, o desenvolvimento da personalidade e a interação social. Visto que todos nós temos, em certo sentido, uma lealdade e uma formação duais, seria esperar demais que esses problemas suscitasse da parte de todos os mesmos tipos de inquirição. Embora os psicólogos sociais falem a linguagem uns dos outros – pelo menos até certo ponto –, pensamos igual e legitimamente como os antropólogos, os psicólogos, os psiquiatras e os sociólogos; com um olho nos principais interesses teóricos da disciplina que é o nosso principal campo de estudos. Orientamo-nos não apenas pelos outros psicólogos sociais, mas também pelos colegas em nossos “próprios” campos – e às vezes muito mais pelos últimos. Mesmo quando usamos os mesmos conceitos e manifestamos um interesse pelos mesmos problemas, revela-se às vezes que empregamos os conceitos de modo dessemelhante e não adotamos questões idênticas em nossa pesquisa. Não é meu propósito, porém, superdimensionar nem a impermeabilidade das fronteiras nem sua imutabilidade: quero apenas criar o cenário para sustentar que mesmo os problemas duradouros de psicologia social suscitarão, e deveriam fazê-lo, tipos diferentes de inquirição da parte de homens que herdaram, ou criaram, perspectivas diferentes – e pretendo delinear o meu próprio tipo contra esse pano de fundo contrastante.

Comecei tentando pensar por meio de algumas das implicações da abordagem simbólica tipo interação – um ponto de vista que deriva dos pragmatistas e do trabalho de diversos sociólogos anteriores –, a qual ressalta o importante papel da linguagem no comportamento humano. Acentua também um tipo de visão aberta, parcialmente imprevisível, dos acontecimentos: pelo que se supõe, a interação é guiada por regras, por normas, por injunções; mas seus resultados não são sempre, ou inteiramente, determináveis de antemão. Essa indeterminação não é necessariamente um obstáculo à pesquisa científica, mas deve ser levada em conta. Ao mesmo tempo, eu estava bastante insatisfeito com grande parte da teoria e pesquisa sobre o eu, o ego e a personalidade; por isso, nesta obra a influência da organização social é tão depreciada e seu papel é tão mal compreendido. Na minha opinião, a psicologia social deveria ter muita coisa a oferecer a suas disciplinas co-irmãs, mas somente na medida em que seus praticantes pudessem conscientemente amarrar seu trabalho atrás do núcleo organizacional-social da sociologia e da antropologia. Em suma: meu ensaio deveria ser encarado propria-

mente como uma tentativa de justapor e fundir a perspectiva interacionista simbólica e a perspectiva organizacional-social numa psicologia social sugestiva e exequível.

À medida que comecei a escrever, vi-me levado a empregar a forma do ensaio. Existe atualmente uma ojeriza relativamente indisfarçada contra ensaios teóricos, exceto quando são curtos ou são discursos. Mas o ensaio é uma forma agradável demais para ser abandonado com tanta facilidade. De maneira peculiar ele liberta tanto o autor quanto o leitor pelo seu próprio tom e estilo de atacar os problemas. Isso não o torna menos um veículo do pensamento, conquanto as idéias não caminhem necessariamente por suas páginas numa ordem claramente disciplinada, ou proposicional. Se tomei o caminho mais longo por falar com estilo – abordando o impacto conotativo da linguagem e seus recursos mais denotativos – minha estratégia foi proposital.

O ensaio está dividido em seis capítulos, cada um dos quais é construído em cima do anterior. No primeiro capítulo, começo por desenvolver a importância fundamental da linguagem para a ação e a identidade humanas. Enfatizo o “nomear” como um ato de colocação ou de classificação – do eu e dos outros. Em tais colocações está implícita a avaliação das pessoas e de seus atos. O capítulo se encerra com uma discussão da retórica, ou das disputas legítimas e incompreensíveis sobre a classificação “adequada” que balizam a interseção de caminhos trilhados pelos homens.

No capítulo dois, ressalto a perpétua indeterminação das identidades na contínua mudança dos contextos sociais. O propósito desse capítulo é lançar a base para uma discussão posterior e mais detalhada da mudança de identidade, para a interação e para o que significa ser “membro” de um grupo. São tocados de leve alguns problemas familiares do eu e da auto-avaliação. Soma-se a isso um exame de questões como o compromisso, a posse, a alienação e o sacrifício.

O capítulo três trata do caráter simbólico e do tipo de desenvolvimento da interação humana. Parto do princípio de que a preocupação sociológica com a estrutura de grupo requer uma análise mais detalhada da interação do que a existente – embora muitos estudiosos estejam caminhando nessa direção – e de que a invenção dessa análise será mutuamente útil para o estudo dos grupos e dos membros de grupos. Começo com uma tentativa de explicitar uma concepção da motivação que está implícita em muitos relatórios de pesquisa sociológica; em seguida, ressalto a complexidade e o caráter fluido da interação. O grosso da discussão nesse capítulo consiste de sugestões para conceber e analisar a interação ao longo de linhas consistentes com meus interesses em problemas de organização social.

No capítulo quatro, dedico-me ao tema da identidade – mudanças de características bastante familiares aos estudiosos de antropologia e sociologia, e uso em grande medida o vocabulário dessas disciplinas. Tento, particularmente, descobrir as implicações, neste corpo de pesquisa, para as mudanças no comportamento e na identidade dos adultos – tratando principalmente de mudanças padronizadas, tanto as controladas institucionalmente quanto as conseqüentes desse controle mas que conseguem eludi-lo.

O capítulo cinco pode-se dizer que é uma extensão do anterior. Examino primeiramente algumas relações entre as gerações, e levanto a hipótese de que se deve levar essas relações muito mais em conta do que se faz nos trabalhos atuais sobre o desenvolvimento da personalidade. A essa discussão seguem-se algumas especulações sobre a maneira pela qual as mudanças de identidade são minimizadas; e sobre o modo pelo qual, a despeito de tal mudança, as pessoas experimentam uma sensação de singularidade ou de continuidade.

No último capítulo, é explicitado o caráter simbólico da afiliação a grupos – um assunto que foi deixado implícito nas páginas anteriores. Sou levado a encarar a afiliação de modo menos “estrutural” do que é feito comumente, e a adotar a postura de que os estudiosos da identidade deveriam pensá-la tanto em termos históricos quanto autobiográficos. Se for levado a sério, isso implica uma formação diferente (ou pelo menos complementar) daquela que se costuma dar aos psicólogos sociais e aos sociólogos. O ensaio vem crescendo, em seu final, de breve nota de conclusão.

Alguns leitores podem admirar-se do fato de que não defino “identidade” em lugar nenhum. Isso está relacionado com a minha decisão de não analisar um problema em que estão centralmente interessados tanto os psicólogos quanto os psiquiatras – ou seja, a estrutura, ou organização, da personalidade. Uma razão é que um texto sociológico ou antropológico não é particularmente rico em teoria ou pesquisa sobre essa área (além de especificar as diversas condições sociais sob as quais alguns tipos de personalidades se produzem e florescem). Alguns leitores deste livro poderão ficar desapontados ao imaginarem que um ensaio que se propõe estudar a identidade deveria tratar de sua organização. Mas o que faço, sobretudo, é sugerir meios de teorizar, de fazer pesquisa, sobre os processos sociais dos quais a identidade emerge (pelo menos em parte): sobre os alicerces simbólicos e culturais de sua estrutura. E, novamente, como me foi sugerido por Kai Erikson, estou discutindo uma faceta da identidade: aquele aspecto de meu assunto que trata não da “ego-identidade” mas do modo pelo qual as pessoas se tornam implicadas com outras pessoas e são afetadas, e afetam-se mutuamente, por meio dessa implicação.

Minha esperança é que psiquiatras e psicólogos, embora evitem seguramente realçar a ego-identidade, tirarão proveito do destaque que dou à organização social e à linguagem. Eu ficaria desapontado se os sociólogos, por sua vez, não achassem proveitosa minha tentativa de juntar a psicologia social e a organização social. Os sociólogos, como digo nas últimas páginas do ensaio, ou devem inventar seu próprio tipo de psicologia social ou tomá-lo emprestado de campos vizinhos. Usualmente, eles optam pela primeira alternativa (embora possa haver alguma controvérsia a respeito disso). Acho que é melhor ser explícito do que implícito, melhor elaborar uma psicologia social do que pedi-la emprestado.

Na redação deste livro, devo muito à tentativa de resolver questões levantadas durante seminários realizados na Universidade de Chicago, de 1952 a 1956, e a estudiosos cujas teses utilizaram em parte idéias expressas no manuscrito original de quatro anos atrás. Sou devedor sobretudo, pela troca verbal de idéias e pela leitura do manuscrito, a Howard Becker, de Community Studies Incorporated, de Kansas City; a Nelson Foote, da General Electric Corporation; a Erving Goffman, da University of California; a Donald Horton, da Bank Street School of Education, de New York; a Orrin Klapp, da University of San Diego; a David Riesman, da Harvard University; a Melvin Sabshin, do Psychosomatic and Psychiatric Institute no Michael Reese Hospital, de Chicago; a W. Lloyd Warner, da University of Chicago; e a meu falecido colega, R. Richard Wohl. Sou grato também, pelo útil comentário sobre o manuscrito, a Herbert Blumer, da University of California; a Kai Erikson, da University of Pittsburgh; a Blanche Geer, de Community Studies Incorporated; a Gregory Stone, da University of Missouri; e a G. E. Swanson, da University of Michigan; igualmente a E. C. Hughes, da University of Chicago, e a A. R. Lindesmith, da Indiana University. Estou especialmente agradecido a meu antigo colega, Nelson Foote, porque foi ele que deu início a um projeto de grupo que me forneceu o estímulo para escrever este ensaio.

## LINGUAGEM E IDENTIDADE

Qualquer discussão da identidade tem como ponto central a linguagem. Usei a palavra “central” de propósito. A linguagem, muitas vezes, é analisada apenas como mais um tipo de comportamento – ao lado da fala, da leitura, da escrita e do ouvir – numa longa lista de outros tipos de comportamento. Um tema importante e recorrente deste ensaio é a convicção de que uma exposição propriamente teórica das identidades e ações dos homens deve colocar a lingüística humana no centro da discussão.

## NOMES

Para começar, examinemos essa *denominação distintiva pela qual se conhece uma pessoa*: seu nome. Um nome pode revelar muita coisa, tanto de quem o deu quanto de quem o porta; se formos observadores, descobriremos que ele diz milhares de coisas. Os imigrantes judeus da primeira geração que chegou à América tinham nomes que ressoavam com ricas sugestões históricas, nomes como Isaac, Benjamim, Abraão, Hannah e Ruth; mas os filhos de seus filhos dificilmente recebem nomes bíblicos, porque seus estilos de vida mudaram, assim como mudaram seus ideais e suas aspirações. Os nomes dos filhos representam essa mudança, senão de maneira tão precisa, pelo menos de modo tão seguro, quanto tornassol vermelho significa ácido. Todo nome é um recipiente; nele estão vertidas as avaliações conscientes ou involuntárias de quem o nomeia. Al-

gumas vezes, isso é de uma evidência óbvia, como, por exemplo, quando, depois da guerra civil norte-americana, os negros deram aos filhos o nome do Grande Emancipador; outras vezes, a razão do nomeador precisa ser investigada, e a própria inferência se baseia em outras provas.

Se o nome revela os julgamentos de quem o fala, o que dizer da pessoa que o recebe? De que maneira ela reage a essa tentativa de fixar sua identidade de algum modo, por antecipação? Há, no caso, todo um espectro de sentimentos que vai de relativa indiferença a violenta rejeição ou a orgulhosa aceitação. Há o nome, por exemplo, que anuncia que seu portador é o terceiro de uma linha de personagens famosos, destinado a não ser o último a usá-lo com honra. Em nossa terra os mais comuns são talvez aqueles nomes que deixam as crianças coradas e envergonhadas quando seus professores gaguejam ao pronunciá-los, nomes cujo destino é muitas vezes serem abreviados, descartados, ou relegados a uma redução alfabética. A questão não é saber se uma pessoa é ou não totalmente indiferente a seu nome, mas, sim, que pode ser evocada uma extensa gama de reações somente quando ela pensa na sua situação diante de determinadas platéias se falar o nome que tem.

Os nomes que são adotados voluntariamente revelam, até mesmo com mais eficácia, o vínculo indissolúvel entre o nome e a auto-imagem. A mudança de nomes marca um rito de passagem. Significa mais ou menos que a pessoa deseja ter o tipo de nome que, a seu ver, a representa como pessoa, que não quer mais ser o tipo de pessoa que seu nome anterior expressava. O caso mais comum de mudança de nome, e talvez menos carregado de emoções, ocorre quando a noiva assume o sobrenome do marido e desse modo assinala sua nova condição social. Imaginemos a esposa de um homem norte-americano que fizesse questão de que ele adotasse o sobrenome dela! O fenômeno da "passagem" é marcado muitas vezes por mudança de nome: dissimulamos quem fomos ou somos a fim de parecer o que desejamos ser. Benny Ginsburgh mudou seu nome para Basil Gainsborough para expressar – não necessariamente uma passagem e um segredo – mas apenas aspirações de mobilidade social. O segredo às vezes se mistura com a transição de personalidade, como acontece quando revolucionários adotam novos nomes e procuram, assim, enterrar publicamente os seus passados; mas os novos nomes também assinalam uma passagem para novas auto-imagens. A conversão, religiosa ou de qualquer outro tipo, é marcada freqüentemente por uma mudança completa de nome, ato que significa a nova condição da pessoa aos olhos de Deus, do mundo e de si mesma – marcando um *status* e apondo um sinete sobre ele.

Mudanças menos completas de *status* costumam ser marcadas por qualificações parciais do nome, mediante a adição de um título, como se quiséssemos

dizer: "este homem é agora um membro do Senado; portanto, confirmem-lhe o que lhe é devido e dirijam-se a ele pelo qualificativo de senador". Existem alguns nomes, como títulos, a que a pessoa deve fazer jus; tão logo os adquiriu, ela diz a si mesma que é isto o que ela é e que as outras pessoas pensam do mesmo modo, ou, do contrário, não se lhes dirigiam dessa maneira. Algumas tribos índias, por exemplo, reconhecem o grande desempenho de um guerreiro numa batalha com a permissão para que mudem totalmente seu nome. Os norte-americanos usam um artifício semelhante quando aplicam apelidos para expressar um *status* obtido, e por meio deles podem denotar uma mudança de *status*.

Os nomes também estão relacionados com "qualidades" e "classificações". Isso pode ser ilustrado numa fala obsedante na peça de Carson McCullers, *The Member of the Wedding*. Frankie, uma garota solitária, de doze anos de idade, à procura de um auto-retrato elusivo e formativo, está falando fantasiosamente com a empregada negra, Berenice, sobre suas relações com seu irmão e a noiva deste<sup>1</sup>:

FRANKIE: Janice e Jarvis. Sinto uma angústia só em pensar neles.

BERENICE: Todo mundo sabe que as pessoas de olhos cinzentos são ciumentas.

FRANKIE: Já te disse que não sou ciumenta. Não posso ter ciúmes de um deles sem ter ciúmes dos dois. Para mim os dois estão associados. Assim como se fossem diferentes de nós. [...]

J.A. – Janice e Jarvis. Não é estranho?

BERENICE: O quê?

FRANKIE: J.A. – Os nomes dos dois começarem com "J.A."

BERENICE: É o que tem isso?

FRANKIE: Ah! se meu nome fosse Jane. Jane ou Jasmine.

BERENICE: Não consigo entender aonde você quer chegar.

FRANKIE: Jarvis e Janice e Jasmine. Percebe?

BERENICE: Não. Não percebo.

FRANKIE: Eu me pergunto se é contra a lei mudar seu próprio nome. Ou aumentá-lo.

BERENICE: É claro. É contra a lei.

FRANKIE (*com ímpeto*): Bem, não me importo com isso. F. Jasmine Addams.

Num único momento doce de revelação ela avançou para outra etapa, rumo à descoberta de quem e do que ela é, e de qual é sua classe e de que modo pertence a ela. "J" assinala a fronteira não apenas de três pessoas, mas é um círculo muito bem traçado em torno de uma classe de pessoas idênticas e de seus atributos idênticos. "J" representa o ser essencial ou substância de F. Jasmine, pelo menos no momento, e tem a ver com sua pertença a uma classe de Js cujos atri-

1. Carson McCullers, *The Member of the Wedding*, New York, New Directions, 1951, pp. 13, 25-27.

butos são os sugeridos na própria fantasia e são opostos aos de todas as outras pessoas que, *pari passu*, são classificadas como não-Js. A qualidade infantil da fala de F. Jasmine não nos deveria esconder o fato de que dar nome a si mesmo é sempre uma verdadeira colocação ou categorização. Pode-se perceber isso com mais clareza se ampliarmos a abrangência dessa discussão para dizer que o nomear é um ato.

#### NOMEAR: UM ATO DE COLOCAÇÃO

Os filósofos John Dewey e Arthur Bentley afirmaram, em *Knowing and the Known*, que nomear é conhecer e que a medida do conhecer depende da medida do nomear. Eles não queriam sugerir com isso que havia algo de mágico no ato de nomear, mas pretendiam tornar esse ato central a toda cognição que o ser humano tem do seu mundo. Essa concepção embasa grande parte da discussão que se seguirá.

Suponhamos que uma mãe queira que seu filhinho preste atenção num objeto. Ela move o corpo do bebê de modo que seus olhos focalizem algum lugar perto do objeto e em seguida o aponta. No entanto, quando o filho está numa idade em que pode reagir a uma palavra, ela poderá atrair sua atenção com mais eficiência para uma coisa se lhe disser o nome dessa coisa. É o que se chama "definição ostensiva", isto é, a indicação de um objeto sem qualquer outra definição; é a forma mais simples de identificação. As primeiras identificações são singulares; indicam objetos particulares. Mas a criança logo aprende que determinados objetos podem ser chamados pela mesma palavra, embora suas formas de juntar as coisas sejam muitas vezes divertidas e pareçam incorretas aos mais velhos. No começo os pais e parentes, para preservar a paz na família, aceitam muitas vezes a classificação peculiar que as crianças dão aos objetos, mas no final ganham o jogo, porque os mais jovens acabam por adequar-se à lexicologia mais convencional, embora menos colorida.

Nomear, então, não é apenas indicar; é identificar um objeto como algum tipo de objeto. Um ato de identificação requer que a coisa referida seja colocada dentro de uma categoria. Tomando emprestado a linguagem da lógica, podemos dizer que qualquer objeto particular a que nos referimos é membro de uma classe geral, um representante dessa classe. Uma laranja é um membro de uma classe chamada laranjas; mas observemos que essa classe, por sua vez, recebe sua colocação, ou definição, apenas em virtude de sua relação com outras classes. Essas relações são de um tipo totalmente sistemático. Assim, podemos definir

laranjas com relação a outras classes, como frutas, alimentos, produtos tropicais, produtos vegetais e objetos de preços baixos. Definir uma classe significa, portanto, relacioná-la com classes associadas em termos de sistema. "Para dizer o que é uma coisa, coloque-a em termos de algo mais. Essa idéia de localizar, ou de colocar, está implícita na palavra mesma que denota a definição em si: *definir*, ou *determinar* uma coisa é marcar suas fronteiras"<sup>2</sup>.

Cabe observar, porém, que todo objeto particular pode ser nomeado, e desse modo localizado, de inúmeras maneiras. O nomear coloca-o num contexto de classes relacionadas de forma totalmente diferente. A natureza ou essência de um objeto não reside misteriosamente dentro do próprio objeto, mas é dependente do modo pelo qual ele é definido pelo nomeador. Um objeto que se parece bastante com uma laranja – que é de fato uma laranja de verdade – pode ser também um membro de um número infinito de outras classes. Se está em sua natureza ser laranja, está igualmente em sua natureza ser outras coisas. No caso de uma laranja, podemos escolher concebê-la dentro de contextos diferentes para outros propósitos igualmente legítimos. Podemos assim concebê-la como um objeto esférico, de pele grossa e cores quentes, boa para captar e lançar luzes, portanto eminentemente definível como um modelo para um estudante de arte iniciante. Em sua essência, é exatamente isso. Isso significa apenas repetir uma questão que levantei anteriormente: a de que nomear ou designar é sempre fazê-lo a partir de algum ponto de vista. A partir de uma única perspectiva idêntica podem ser classificadas juntas coisas que em outras circunstâncias são aparentemente diferentes. A justificativa disso está na perspectiva, e não nas coisas. Quando não concordamos com a classificação de nosso vizinho, isso pode significar apenas que temos uma base algo ou totalmente diferente para traçar círculos simbólicos em volta das coisas.

O modo como as coisas são classificadas juntas revela, tanto gráfica quanto simbolicamente, as perspectivas do classificador. Por exemplo, um antropólogo (Robert Pehrson) que estudou os lapões descobriu recentemente que eles usam uma única palavra para designar "pessoa" e "rena". A vida do lapão gira em torno de atividades envolvidas com as renas. A rena é um ser humano ou o ser humano é uma rena? A pergunta não tem sentido; as pessoas e as renas são identificadas, andam juntas, e o próprio fato de serem identificadas na terminologia proporciona ao antropólogo uma de suas melhores chaves para explicar o ordenamento do mundo e de seus objetos entre os lapões.

2. Kenneth Burke, *A Grammar of Motives*, New York, Prentice-Hall, 1945, p. 24.

Qualquer grupo de pessoas que permanece por algum tempo num lugar desenvolve uma "linguagem especial", um dialeto ou jargão, que representa sua maneira de identificar aqueles objetos importantes para a ação do grupo. Os garçons classificam tipos de fregueses e outros trabalhadores no restaurante, dão apelidos aos alimentos e usam sinais e gestos especiais para designar atividades importantes. O mesmo fazem os criminosos; e mesmo os ministros não são imunes a essa necessidade de classificar sua clientela e os colegas, porque, de outro modo, como poderiam organizar sua atividade de maneira ordenada e sensível?

A propensão de certas categorias inventadas por algum grupo é serem difamatórias, compartilharem um epíteto, depreciação e alusões veladas, propensão que foi lamentada por liberais, por desmistificadores, por professores e por todos aqueles que quiseram corrigir as classificações dos outros. Já que é inevitável o conflito entre grupos acerca de determinadas questões – de outro modo, não seriam grupos diferentes – e já que é inevitável a concepção diferente dos eventos da parte daqueles que estão mirando lados opostos da arma, não tem sentido falar de tentar erradicar da mente humana a tendência a estereotipar, a designar apressadamente e a supersimplificar. Não queremos dizer com isso que os humanos são estúpidos, mas que são perfeitos humanos. Animais não nomeiam, nem possuem ou atribuem identidades no sentido elaborado em que estamos discutindo identidade.

#### CLASSIFICAÇÃO E A DIREÇÃO DA AÇÃO

Essa necessidade que todo grupo tem de desenvolver uma terminologia comum ou partilhada leva a uma importante consideração: a direção da atividade depende das maneiras particulares pelas quais os objetos são classificados. Podemos ilustrar isso de forma bastante simples. Não faz muito tempo, costumava-se alimentar as crianças com grandes quantidades de espinafre, seguindo o silogismo de que o espinafre contém ferro e o ferro é necessário para fortalecer os ossos. Hoje em dia, pelo que parece, o consumo excessivo de espinafre reduz o cálcio do corpo e, portanto, não é bom para os ossos. Assim, o espinafre é reclassificado, e só devemos abusar do espinafre se quisermos reduzir o teor de cálcio. A renomeação de um objeto equivale, portanto, a uma reavaliação de nossa relação com ele, e *ipso facto* nosso comportamento muda ao longo da linha de nossa reavaliação. Em todo evento é a definição do que o objeto "é" que permite a ocorrência da ação com referência ao que se supõe ser. Conta Mark Twain que, quando estava aprendendo a pilotar avião, tomou uma corrente térmica (sem

qualquer perigo) por uma corrente orográfica (mortalmente perigosa) e, para a hilaridade do seu instrutor que havia lido "corretamente" os sinais, executou milagrosas e loucas proezas para evitar a falsa serra assassina.

A nomeação de um objeto fornece uma diretriz para a ação, como se o objeto fosse anunciar francamente: "Você está dizendo que eu sou isso, então aja comigo da maneira correta". Inversamente, se o ator sente que não sabe o que o objeto é, então, quando olha para ele, tem sua ação bloqueada. Suponhamos que alguém pegue, no escuro, um copo de leite, leve-o aos lábios, recue ao sentir um gosto estranho e fique imobilizado até que seja capaz de identificar o gosto de suco de tomate. A energia para a ação estava lá, mas foi desarmada temporariamente, imobilizada, até que ocorreu a nomeação. Evidentemente, nesse exemplo o momento da imobilização seria fugaz, porque, tão logo a pessoa se aprontasse para descobrir de que era o gosto, estaria agindo com relação a algo pertencente à categoria de "líquido não-identificado, cuja natureza deve ser descoberta". Para organizar uma linha de ação com um objeto, não é necessário que uma pessoa tenha certeza de que sabe o que esse objeto é – ela simplesmente tem de estar disposta a arriscar seu julgamento.

#### CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO

Um ato de classificação não apenas dirige uma ação aberta, mas também desperta um conjunto de expectativas com relação ao objeto assim classificado. Uma cadeira deveria segurar alguém que está sentado nela, e não transformar-se num piano ou num gato, e uma mosca que está zumbindo não nos deveria pedir por amor de Deus que não a esmaguemos, dizendo que é uma fada disfarçada. Ficamos surpresos somente quando nossas expectativas não são satisfeitas, como quando um presumido vendedor numa loja de departamentos nos assegura que é apenas um freguês comum como nós mesmos, ou quando descobrimos que o leite foi misturado com grande quantidade de rum. Quando classificamos, nossas expectativas se defrontam necessariamente com o passado e com o futuro. Expectativas têm a ver com relações de consequência entre nós mesmos e o objeto. Todavia, as expectativas repousam também sobre lembranças de experiências passadas com objetos semelhantes – no nosso entender – ao que está agora à nossa frente.

Já que isso acontece dessa maneira, as classificações não só trazem consigo nossas antecipações, mas também aqueles valores que tínhamos experimentado quando encontramos as coisas, as pessoas, ou os eventos ora classificados.

Por exemplo, os japoneses têm uma comida chamada *tofu*, que é um produto da soja. Imaginemos que, na primeira vez em que vemos *tofu*, ele nos seja servido frio com molho de soja e que nos pareça intragável. *Tofu* passa a ser para nós uma comida sofrível, e, se em algum momento futuro víssemos *tofu* ou ouvíssemos a palavra, é provável que nossas imagens seriam as decorrentes da experiência ruim que tivemos com um objeto gelatinado e esbranquiçado, coberto de molho marrom. Mas suponhamos que, em alguma época futura, nos seja servida uma sopa na qual se vêem pedaços de uma substância grumosa. “O que é essa coisa gostosa na sopa?”, perguntamos, e ficamos surpresos ao sabermos que é *tofu* cozido. Então, temos de rever a nossa avaliação: *tofu* na sopa, bom; *tofu* cru, não tão bom. Essa substância, do jeito que os japoneses a usam, aparece de maneiras diversas, de modo que outras surpresas podem estar à nossa espera. O espectro de nossa experiência com *tofu* é ao mesmo tempo o que sabemos dele e o modo como o avaliamos. Quanto mais ampliarmos esse espectro, melhor conheceremos o objeto – o que ele pode ser e o que pode ser feito com ele – e do mesmo modo mais extensos se tornarão nossos julgamentos de suas capacidades e qualidades. Parece inclusive que essa classificação, conhecimento e valor são inseparáveis.

Este exemplo sugere muitas outras lições. Uma é que os valores atribuídos a algum objeto – como “bom” ou “odioso” – não estão realmente “no” objeto. Quando a pessoa passa por uma experiência, não coloca valor nela como põe água numa chaleira. O valor não é um elemento; implica uma relação entre o objeto e a pessoa que tem experiências com o objeto. Esse é apenas mais um meio de afirmar que a “essência” ou “natureza” do objeto reside não no objeto mas na relação entre ele e aquele que lhe dá nome. Essa conceituação de valor como relação é vista facilmente em conjunção com um adjetivo como “útil” – útil para quem, em que condições, para quais de seus propósitos? Acontece exatamente o mesmo se o objeto for uma coisa ou um evento, e se o valor for “útil”, ou, digamos, “pecaminoso”. A pecaminosidade não está fixada no evento, uma qualidade dele aos olhos de Deus. Um ato é pecaminoso para definidores particulares quando eles percebem que foi cometido sob determinadas circunstâncias por pessoas de identidades específicas.

Visto que os valores não estão nos objetos, mas constituem avaliações dos objetos, segue-se que as pessoas, para fazerem sua própria avaliação, devem ter sua própria experiência. Isso não quer dizer que não lhes posso ensinar o sentido de alguma coisa anterior à experiência direta que terão dessa coisa. Posso dizer que o pó se levanta das ruas das cidades de um determinado país e constantemente fica em suspenso tão intensamente no ar que é difícil respirar. Todos já

experimentaram condições análogas; portanto, entendem isso prontamente. Mas, quando se defrontam com uma terminologia nova, o melhor que podem fazer é inferir de experiências possivelmente análogas, e essas conduzem ou não a concepções acuradas. É provável que um americano não possa nem chegar perto da experiência de um transe balinês do modo como os balineses a têm. Todo mundo já se deparou alguma vez com termos novos que representam maneiras novas de encarar objetos, como quando ingressamos num novo emprego. Tais termos profissionais às vezes não são totalmente apreendidos, nem os objetos e eventos são percebidos como outros os percebem, até que nós mesmos tenhamos passado por experiências semelhantes. Evidentemente, um informante que se expresse com clareza e tire inferências variegadas e precisas de algo que seja similar em suas e em nossas experiências pode levar-nos a uma maior compreensão e avaliação; daí a grande utilidade de alguns romances e biografias. Mas nenhuma descrição dada de antemão, se a mudança de perspectiva exigida for radical, conseguirá nos ensinar como nós mesmos acabamos por nos avaliar. Nós mesmos devemos agir, sofrer e agüentar – para usar os termos de John Dewey<sup>3</sup>.

À medida que as pessoas “sofrem”, suas avaliações mudam. Os valores não são eternos. As expectativas nem sempre podem ser satisfeitas. As coisas mudam; e nós também mudamos. “As coisas boas mudam e se desvanecem não apenas com as mudanças no meio ambiente mas também com as mudanças em nós mesmos”<sup>4</sup>. Mesmo sem uma experiência nova e direta podemos aprender algo novo sobre um objeto – como se poderia, por exemplo, aprender algo novo sobre a vida na prisão, ou como quando um estudante de faculdade estuda as camadas geológicas e a chuva e chega desse modo a relações um tanto diferentes com as rochas, a chuva e a água. Enquanto perdurar o aprendizado, persistirá a revisão dos conceitos; e enquanto ocorrer a revisão, ocorrerá a reorganização do comportamento.

A nomeação ou identificação de coisas é, portanto, um problema contínuo, nunca realmente completado e detido. Por contínuo não quero dizer continuado – pode-se ficar deitado numa rede a observar satisfeito a ascensão da lua e não levantar nenhuma questão sobre isso, sobre o mundo, ou sobre si mesmo. Não obstante, uma porção da sua própria terminologia classificatória, o quadro simbólico por meio do qual o mundo é ordenado e organizado, está – ou já esteve – ou estará sob pressão constante. George H. Mead (para quem as classificações

3. John Dewey, *Reconstruction in Philosophy*, New York, Henry Holt, 1920, p. 86.

4. John Dewey, *Experience and Nature*, Chicago, Open Court, 1925, p. 399.

são na verdade hipóteses) diria que isso deve ocorrer necessariamente, pela própria natureza da ação que carrega atrás de si a reconstrução da experiência passada e a emergência de novos objetos<sup>5</sup>.

#### RETÓRICA: UM DEBATE TERMINOLÓGICO

É exatamente essa necessidade contínua de reavaliação que permite que a vida humana se inove e se renove. Se as expectativas fossem satisfeitas sempre – se as situações e os eventos presentes fossem exatamente como as experiências passadas os antecipam – então a ação seria totalmente ritualística e as concepções, eternamente estáticas. Na verdade, a inovação repousa em situações ambíguas, confusas, e não definidas *in totum*. Da ambigüidade nasce o desafio e a descoberta de valores novos: “é nas zonas de ambigüidade que ocorrem as transformações [...] sem essas zonas a transformação seria impossível”<sup>6</sup>.

A avaliação resultante dificilmente é um processo sereno, porque a reavaliação de uma experiência tem propensão a ser bastante cansativa. Quando conseguimos determinar algum objeto ou evento de tal modo que pensamos saber o que ele é, então temos a ilusão de que pelo menos essa porção do nosso mundo é conhecida. Mas deixemos que o objeto abandone por um momento seu caráter, e logo se torna aparente que, seja o que for que ele tenha sido, ele não o é mais. Existe inclusive a possibilidade de que nunca tenha sido o que pensamos que fosse. Então o que ele é, como fazer para avaliá-lo, defini-lo, agir com relação a ele, e para que propósitos; e o que somos nós, nós mesmos, com respeito a ele?

Uma vez que a classificação e a avaliação não são atos meramente privados, mas são, usualmente quando não predominantemente, questões públicas, as situações e questões problemáticas são focos tanto de disputa pública quanto de debate privado. No mínimo duas perspectivas emergirão. Podemos representar uma delas por um antigo vigia que afirma que a situação não mudou de modo algum. Quando esse último grupo admite as mudanças, podemos dizer que elas não alteraram “substancialmente” ou “essencialmente” o caráter principal do objeto ou evento; por exemplo, afirma-se que ocorreram algumas mudanças no governo federal durante e após a guerra, mas que no essencial continua o mesmo tipo de governo. São exatamente essas mudanças que serão aproveitadas pelos

5. George H. Mead, *Mind, Self and Society*, Chicago, University of Chicago Press, 1934.

6. Kenneth Burke, *op. cit.*, p. xix.

opositores que sustentam que as novas características são suficientemente substanciais para justificar uma nova definição. A disputa por prêmios terminológicos não é mera contenda em torno de palavras, uma vez que as palavras são injunções para a ação, e algumas vezes uma decisão classificatória envolve uma questão de vida ou morte. Na pior das hipóteses, os interesses dos homens estão profundamente envolvidos.

Talvez seja útil aqui dar um exemplo de uma batalha em torno de jurisdições. Em algumas instituições, como, por exemplo, em hospitais, grupos diferentes disputam entre si para saber quem tem o direito líquido e certo de fazer determinadas coisas e quem não o tem. Quem deve fazer isso é uma enfermeira ou uma atendente? É tarefa de um médico repreender o técnico em medicina, ou isso deve ser feito apenas pelo chefe do técnico? Semelhantes disputas são às vezes apaziguadas por autoridades superiores que então definem a ação formalmente, mas é claro que na realidade as brigas e as quebras de regras persistirão. Em áreas relativamente estabilizadas de comportamento, as jurisdições são razoavelmente claras e não existem disputas. Mas o surgimento de novos grupos ocasionais resulta necessariamente em brigas jurisdicionais, porque os grupos novos e os antigos percebem que seus interesses estão sendo gradativamente reduzidos ou simplesmente esbulhados. Na proporção em que são disputados e comprometidos direitos legais e profissionais, emerge o destino do grupo profissional. Que seja um médico ou um osteópata ou uma enfermeira, ou qualquer outra pessoa, é uma questão totalmente temporal.

O cinismo e o rancor são sentimentos que podem aparecer intensamente no campo de batalha da retórica. Na disputa a pessoa sempre tem a convicção de que os argumentos de seu oponente são pautados totalmente por interesse pessoal. Como bem observou Kenneth Burke, “a retórica é por excelência a região da Disputa, do insulto e da injúria, da alteração, do bate-boca, da malevolência e da mentira, da malevolência disfarçada e da mentira subsidiada”<sup>7</sup>. O fervoroso locutor de rádio que desfia as maravilhosas qualidades do produto de seu anunciante é um alvo clássico dos céticos; e a propaganda considerada como palavra, se não como fato, acaba por tornar-se suspeita. O pressuposto que embasa qualquer depreciação dos argumentos dos opositores é que a situação é o que é, e os opositores sabem o que é mas negam ou escondem esse fato com franca consciência. Quando a malevolência ou o interesse pessoal parecem improváveis, então pode-se afirmar que foi a cegueira ou a estupidez que sujou as águas. Pen-

7. Kenneth Burke, *op. cit.*, p. 19.

sem em qualquer questão pública que está sendo debatida atualmente com intensidade e verão a ilustração do que afirmo.

Existe, decerto, cálculo da reação do público o suficiente para tornar óbvia a ocorrência efetiva de uma dose razoável de manipulação verbal. Por isso é que ocorrem os desmascaramentos, os tráficos de motivos e as revelações comprometedoras. Mas está em jogo aqui uma questão muito mais fundamental, a de saber o que acontece quando as pessoas de boas intenções mas de perspectivas divergentes não conseguem entrar em acordo. Na verdade, feliz é o jogo que conta com um árbitro, mas na maioria dos jogos as verdades e os julgamentos não serão entregues facilmente a uma autoridade mais alta. Chega-se ao seguinte: ambos os lados apresentarão seu caso da melhor maneira possível e do modo como vêm as coisas, e cabe à platéia ou platéias escolher um ou outro ou nenhum dos dois.

Embora no debate sejam usadas muitas estratégias, táticas e técnicas, é o seu aspecto terminológico que desejo ressaltar. Podemos imaginar que a tentativa de disputar uma posição é um jogo em que se traçam círculos em torno de um terreno diferente daquele cercado pelos círculos traçados por um oponente. Um professor de estatística de uma grande universidade fez, um dia, um discurso a seus colegas no qual argumentava que nenhum membro de faculdade deveria falar ao público exceto sobre seu próprio campo de estudos e sobre questões em torno das quais houvesse um inequívoco consenso dos especialistas. Em termos retóricos, de que modo o falante pode classificar coisas? Os professores catedráticos são especialistas; de outro modo, presumivelmente, não seriam contratados para ensinar suas disciplinas. Há classes de especialistas: alguns estão dentro da universidade e outros estão fora dela. Os professores catedráticos são membros da universidade e têm obrigações pertinentes a essa condição. Uma universidade é muitos tipos de "coisa", mas em substância tem para com o público em geral a mesma relação que tem o professor – "professor" no sentido de transmissor de conhecimento comprovado. Pode ocorrer um tipo diferente de ensino numa universidade que tem um tipo de estudante diferente do público: um que é crítico, capaz de lidar com um argumento hipotético e reconhecer um quando o vê. Embora o catedrático seja um cidadão, ele é um tipo determinado de cidadão; sua contribuição verbal e pública ao bem comum é feita por meio de seu papel de especialista. Em resposta a seu argumento, são possíveis inúmeros outros meios de desenhar circunferências. Serão os catedráticos essencialmente catedráticos, ou essencialmente cidadãos cujo primeiro dever é contribuir para a elucidação pública de questões importantes? Será a universidade em essência um repositório e transmissor de conhecimento comprovado ou algo mais, por exemplo, o incentivador de profunda controvérsia? As classificações cruzadas e entre-

cruzadas e "a linha oscilante entre [...] não podem ser identificadas 'cientificamente'; retóricos concorrentes podem traçá-la em lugares diferentes"<sup>8</sup>.

Tudo isso se reflete na experiência individual, porque, como membros de grupos, as pessoas internalizam as batalhas retóricas. Surgem situações que não são facilmente colocadas em rubricas cômodas – quando surgem dilemas e precisamos construir nossas bases de resistência. Quando o diálogo interior diz respeito a questões que a pessoa sente serem importantes, então a perturbação assinala o progresso dessa pessoa, seja rumo à escolha daquela alternativa do dilema apreendida no final seja rumo à nova decisão que supera o dilema. A um observador que esteja realmente de fora cabe apenas admirar-se com a cegueira da pessoa por confinar a batalha a esse terreno particular, ou perguntar-se por que afinal havia uma batalha. Mas aquele que compartilha os conceitos da pessoa pode solidarizar-se e entender, embora não concorde necessariamente com sua decisão. Uma vez que a pessoa está limitada a participar de um número relativamente pequeno de grupos, suas concepções de realizações ou valores são igualmente limitadas. Essa possibilidade de alterar o espectro de visão de uma pessoa aumenta com a participação estreita em grupos compostos de pessoas tão diferentes dela mesma quanto possível. Se alguém se associa apenas com seus pares tem menos chance de uma mudança conceitual radical, apesar da inevitável divisão e dissidência em subgrupos, porque é sempre possível que os concorrentes sejam realmente muito parecidos. Em todo evento, os caminhos alternativos de ação demarcados durante a batalha para a visão correta são limitados pelas terminologias da pessoa: aqueles que entram na batalha e aqueles que se desenvolvem em consequência dela.

A linguagem – isso já deveria estar abundantemente claro – está longe de ser periférica ao estudo da ação e da identidade humanas. Este capítulo iniciou-se com uma afirmação a esse respeito, e ver-se-á que todo o ensaio representa uma elaboração de implicações que decorrem dessa posição básica. Algumas das implicações extraídas parecerão bastante corretas, outras mais remotas. Mostrarei primeiramente algumas das mais óbvias, analisando agora como as pessoas agem às vezes de maneira surpreendente para si mesmas, e as conseqüentes reavaliações do *self* que isso ocasiona. A reavaliação, embora intermitente, aponta para o caráter inacabado, nunca-concluído de cada vida individual; e isso suscita considerações teóricas que giram em torno da consecução e da perda de autodomínio, de compromisso com valores. Minha discussão tem como alvo, por im-

8. Kenneth Burke, *op. cit.*, p. 25.

plicação, um pressuposto, adotado com demasiada facilidade, de uma estrutura de caráter arraigado e formado bem cedo na vida. Ela também defende uma posição (que elaborarei mais tarde, uma vez que aqui a posição é apresentada apenas de forma oblíqua), segundo a qual as continuidades da experiência pessoal estão relacionadas sistematicamente com as fornecidas pela estrutura social, mas não são asseguradas pela estrutura social. Desejo igualmente sublinhar tanto as possibilidades criativas quanto as contingentes da descontinuidade.

## AUTO-AVALIAÇÕES E O CURSO DA AÇÃO

### INTERDETERMINÂNCIA E O SELF

Dizer que os homens usam a linguagem equivale a dizer que precisam avaliar o passado, o presente e o futuro. Independentemente da maneira pela qual o vocabulário de uma dada sociedade divide e ordena o fluxo do tempo, o passado e o futuro incidem sobre a ação do presente e influenciam-na. A experiência humana do tempo é uma experiência de processo: o presente é sempre um “vir-a-ser”; está sempre chegando, à medida que o futuro se aproxima de nós, ou está sempre indo embora à medida que a ação do presente reflui no passado. Já se falou muitas vezes da qualidade peculiarmente esquiva da experiência do presente, pois, embora possamos ter plena consciência da ação presente, somente podemos fazer um juízo dela quando ela já for um momento passado: “Não consigo girar com rapidez bastante para pegar a mim mesmo”<sup>1</sup>. Podemos avaliar uma ação imediatamente após tê-la executado – com tamanha imediatez que, subjetivamente, sentimos como se a avaliação e a ação ocorressem ao mesmo tempo. No entanto, G. Ryle nos lembra que “meu comentário sobre meus desempenhos devem sempre calar sobre um desempenho em particular, e esse desempenho pode ser objeto somente de um comentário diferente”<sup>2</sup>. Durante uma seqüência de ação posso guiar e mudar meu curso por meio de avaliações das ações reali-

1. Mead, *op. cit.*, p. 174.

2. Gilbert Ryle, *The Concept of Mind*, New York, Barnes and Noble, 1950, p. 195.